



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

ACTA N.º 3/XI/1.ª

Aos vinte e cinco dias do mês de Novembro de dois mil e nove, pelas dez horas e vinte minutos, reuniu, na Sala 9 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

10:00 Horas

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Distribuição de petições;**
- 3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição do Senhor Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento sobre declarações que proferiu relativas a escutas no âmbito de uma investigação criminal;**
- 4. Apreciação de propostas para o plano de actividades da Comissão;**
- 5. Outros assuntos.**

11:00 Horas

Audição do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa sobre o Relatório da Monitorização da Reforma Penal – 3.º Semestre (Requerimento apresentado pelo GP-BE).

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças em anexo.

No primeiro ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

- Projecto de Lei n.º 30/XI (PSD) – *“Altera a Lei da Nacionalidade estendendo a nacionalidade portuguesa originária aos netos de portugueses nascidos no estrangeiro”* – de que foi nomeada relatora a Senhora Deputada Celeste Correia (PS);
- Projecto de Lei n.º 38/XI (PCP) – *“Altera o Código de Processo Penal visando a defesa da investigação e a eficácia do combate ao crime”* – de que foi nomeado relator o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD);
- Projectos de Lei n.ºs 43/XI (BE) – *“Cria o tipo criminal de enriquecimento ilícito”* e 44/XI (BE) – *“Altera o Código Penal e a Lei n.º 34/87, de 16 de Julho, em matéria de corrupção”* – de que foi nomeada relatora a Senhora Deputada Assunção Cristas (CDS/PP);



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

- Projectos de Lei n.º 49/XI (PSD) – *“Nomeação e cessação de funções dos membros das entidades reguladoras independentes”* e 55/XI (CDS/PP) – *“Nomeação, cessação de funções e impugnação do mandato dos membros das entidades administrativa independentes”* – de que foi nomeada relatora a Senhora Deputada Isabel Oneto (PS).

Passando ao segundo ponto da ordem do dia, foi redistribuída a Petição n.º 586/X/4.ª, apresentada por Vítor Manuel Maximino Vieira, *Solicitando a alteração da “Lei do ruído” no sentido de prever processos simplificados*, foi redistribuída, tendo sido nomeado seu relator o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS).

Os Senhores Deputados Luís Montenegro (PSD) e António Filipe (PCP) mantiveram-se como relatores das petições n.ºs 585/X/4ª e 570/X/4ª, apresentadas, respectivamente, por Valentim Gomes, *Solicitando a intervenção da Assembleia da República para que seja feita justiça na sequência do falecimento de um familiar após uma intervenção cirúrgica no Hospital Egas Moniz*, e por Artur Figueira Mendes Pequeno, *Solicitando a aprovação urgente da regulamentação do Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana e a alteração do projecto de revisão deste*.

Em relação à petição n.º 570/X/4.ª, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) recordou o processo desde o seu início, esclarecendo que, como relator, recebeu os peticionantes e elaborou um relatório intercalar e lembrou que a Comissão solicitou informação ao Governo, que nunca respondeu. Não obstante, o Governo apresentou uma iniciativa legislativa a este propósito sem nunca ter, contudo, dado resposta às solicitações da Assembleia da República, o que não lhe parece ser um bom exemplo do relacionamento que deve existir entre estes dois órgãos de soberania.

Antes de passar ao terceiro ponto da ordem do dia, foram indicados como representantes dos seus grupos parlamentares no Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz os Senhores Deputados António Carlos Peixoto (PSD), Filipe Lobo D’Ávila (CDS/PP) e Francisco Madeira Lopes (PEV), tendo o PCP e o PS assumido o compromisso de indicar os seus representantes com brevidade.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Passando ao terceiro ponto da ordem do dia, o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) fundamentou a apresentação de um requerimento para audição do Senhor Ministro da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento sobre declarações que proferiu relativas a escutas no âmbito de uma investigação criminal, invocando a gravidade das declarações proferidas, atentatórias do trabalho da Polícia Judiciária e do Ministério Público e da separação de poderes.

Sobre o mesmo tema, o Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS) referiu a surpresa que lhe causam algumas declarações de responsáveis políticos a propósito de casos judiciais concretos. Por outro lado, não pretendendo alimentar o propósito de chicana política que, na sua opinião, move o requerimento do PSD mas não desejando inviabilizar a vinda do Senhor Ministro, irá abster-se.

Ainda sobre este assunto, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) afirmou que votaria favoravelmente o requerimento, por considerar que as declarações em causa são graves do ponto de vista político, pelo que quem as proferiu merece uma oportunidade para se retractar.

A este propósito, a Senhora Deputada Helena Pinto (BE) declarou que votaria a favor do requerimento, por pensar que as declarações são graves para a justiça e para a separação de poderes, enquanto o Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS/PP), declarando votar no mesmo sentido, afirmou que a vinda do Ministro iria permitir esclarecer se as declarações eram uma desautorização da Polícia Judiciária e do Ministério Público ou apenas um simples desabafo.

Finalmente, o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) afirmou que as declarações do Senhor Deputado Ricardo Rodrigues sobre chicana política apenas se podem compreender se não se conhecer o teor do requerimento, visto que o PSD apenas pretende esclarecer se o Ministro conhece ou não o teor das escutas realizadas no processo em causa.

Submetido à votação, o requerimento foi aprovado, com votos a favor do PSD, do CDS/PP, do BE, do PCP e do PEV e a abstenção do PS.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Pelas onze horas, deu-se início à audição do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa sobre o Relatório da Monitorização da Reforma Penal – 3.º Semestre, realizada em resultado de um requerimento apresentado pelo GP-BE.

O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Helena Pinto (BE), que apresentou o requerimento.

Seguidamente, a Dra. Conceição Gomes, coordenadora executiva do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, sediado no Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, que vinha acompanhada pela Dra. Élida Lauris, investigadora, fez uma intervenção na qual prestou os esclarecimentos solicitados.

Usaram posteriormente da palavra para colocar questões, os Senhores Deputados Fernando Negrão (PSD), Nuno Magalhães (CDS/PP), António Filipe (PCP), António Gameiro (PS) e Isabel Oneto (PS), às quais a Dra. Conceição Gomes respondeu.

A audição foi integralmente gravada em áudio e vídeo, sendo, depois de transcrita, anexada à presente acta e dela passando a fazer parte integrante.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às treze horas e quarenta minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Osvaldo de Castro)

Nota: Aprovada em 21-12-2009



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
António Gameiro
Carlos Peixoto
Celeste Correia
Fernando Negrão
Filipe Lobo D' Ávila
Filipe Neto Brandão
Guilherme Silva
Helena Pinto
Hugo Velosa
Isabel Oneto
Jorge Bacelar Gouveia
José Luís Ferreira
Luís Pita Ameixa
Maria do Rosário Carneiro
Maria Manuela Augusto
Miguel Macedo
Miguel Vale Almeida
Nuno Magalhães
Oswaldo de Castro
Ricardo Rodrigues
Teresa Morais
Correia de Jesus
Francisca Almeida
Maria Antónia de Almeida Santos
Marques Júnior

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Luís Montenegro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: